



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 06 DE OUTUBRO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 196ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE OUTUBRO DE 1977

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Otássio Pereira e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Del Ciel, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvaalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Quielse Crisóstomo, (53); achando-se ausente o Senhor Deputado Nelson Buffara.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2o. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1o. SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os nos. 172, 173, 174, 175, 176 e 177/77, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sido SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

26/77: Do Poder Executivo, que encaminha anteprojeto de lei que objetiva doar à Associação Beneficente e hospitalar da cidade de Contenda, o imóvel onde se encontra instalado o Hospital e Maternidade Miguelina Franco e Eliza Padilha, da referida cidade, o qual convertido em Lei tomou o no. 6929.

Agradeça-se.

32/77: Do Sr. Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a "Fundação Presbiteriana de Curitiba", com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o no. 6930. — **Agradeça-se.**

66/77: Do Sr. Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais" de Bela Vista, o qual convertido em Lei tomou o no. 6931. — **Agradeça-se.**

97/77: Do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Ernani Simas Alves, o qual convertido em Lei tomou o no. 6932. — **Agradeça-se.**

88/76: Do Sr. Deputado Ezequias Losso, que fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao ex-Deputado Estadual Aldo Laval, o qual convertido em Lei tomou o no. 6933. — **Agradeça-se.**

79/77: Do Poder Executivo encaminhando anteprojeto de lei, solicitando autorização para contrair empréstimo ou obter

financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou qualquer outro tipo de garantia prestada por entidade pública ou privada ao Poder Executivo, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o no. 6934. — **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o Plenário, requer seja constado em ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ANTONIO INÁCIO DE SOUZA, no dia de hoje, 06/10/77, na cidade de Goioerê.

Requer finalmente, seja dado ciência deste pedido, à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, Dr. Francisco Borsari Neto, no sentido de que determine estudos para construção de salas escolares no Município de Corbélia, nas seguintes localidades:

1. N.S. DA PENHA:

SEIS SALAS de aula, CASA para o zelador e uma CANCHA de esportes;

2. OURO VERDE:

SEIS SALAS de aula, com MURO, CASA para zelador e uma CANCHA de esportes;

3. IGUATU:

QUATRO SALAS de aula, com MURO, CASA para zelador e uma CANCHA de esportes;

3. ANAHY:

OITO SALAS de aula, com MURO, CASA para zelador e uma CANCHA de esportes;

5. SOMÁLIA:

QUATRO SALAS de aula, com MURO, CASA para zelador e uma CANCHA de esportes;

6. LONGUINÓPOLIS:

ACELERAR o processo de construção das SEIS SALAS de aula já com edital de concorrência, CASA para zelador e uma CANCHA de esportes;

7. BRAGANEY:

SEIS SALAS de aula e uma CANCHA de esportes;

8. NA SEDE:

OITO SALAS de aula;

no Grupo Escolar DUQUE DE CAXIAS e Ginásio Estadual AMÂNCIO MORO, DUAS CASAS para zelador.

As obras acima estão sendo reclamadas pelas comunidades com a mais absoluta brevidade, pelo gigantesco crescimento que se vem verificando no município e para que não ocorram transtornos no setor da educação, pela carência de instalações que já se prevê, se não atendido de imediato, o que ora se pede.

Sala das Sessões, em 05 de outubro de 1977.

(a) LINEU TURRA

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Facci, inscrito.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Está em tramitação, nesta Casa, a proposta orçamentária do Governo do Estado para 1978. Todos nós já falamos, já discutimos das dificuldades que têm os Srs. Deputados em acompanhar a execução orçamentária do Estado, durante todo o ano.

Já propusemos aqui, a criação de uma Comissão permanente para acompanhamento, aprovada pelo Plenário. Ela deveria ser uma comissão mista; não recebeu, do Poder Executivo, o necessário acolhimento. Portanto, não foi constituída.

Estivemos nesta tribuna, há uns dez dias atrás, apresentando requerimento para melhor informar a este Deputado, aos demais Srs. Deputados e a esta Casa, com referência ao plano de obras, principalmente, rodoviário do Estado.

Hoje, aqui estamos novamente, para encaminhar requerimento do seguinte teor. (Lê):

“Senhor Presidente.

Considerando, que o Orçamento Geral do Estado para o corrente exercício - código 0901.03070251.055 - a título de: REFORMA E ADAPTAÇÃO DO PALÁCIO IGUAÇU — com o enunciado programático: “Proceder reparos, adaptações e melhoria nas instalações do Palácio Iguaçu, criando o centro de documentação, reprografia e almoxarifado central. Melhorar o atual sistema elétrico, refrigeração, prevenção e combate a incêndios, dotando a Governadoria de melhores condições para o desempenho de suas atividades, e, para racionalizar a prestação dos serviços-meio”, acha-se alocada uma dotação no valor de Cr\$ 5.150.000,00 (cinco milhões, cento e cinquenta mil cruzeiros).

Considerando, que na proposta orçamentária ora em tramitação por esta Casa, sob o código: 0901.03070251.055, REFORMA E ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PALÁCIO IGUAÇU - com o enunciado programático: “Proceder reparos, adaptações e melhorias nas instalações do Palácio Iguaçu. Melhorar o atual sistema elétrico e de refrigeração; instalar um sistema de prevenção e combate a incêndios; adquirir novos móveis e equipamentos, dotando a Governadoria de melhores condições para o desempenho das suas atividades e para racionalidade das prestações dos serviços-meio” encontra-se proposta uma dotação no valor de Cr\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Considerando que, para melhor esclarecimento dos Srs. Deputados, desde que não existem meios adequados para acompanhamento real da execução orçamentária, restando apenas o direito de conhecer-se através pedido de informações as utilizações de verbas específicas, para melhor orientação e posicionamento quando da votação da proposta Orçamentária para 1978;

Considerando que, o prazo para devolução da Peça Orçamentária ao Poder Executivo expira-se em 30 de novembro, porém o prazo fatal para apresentação de emendas junto à Comissão de Orçamento desta Casa será apenas até dia 20 do corrente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado com URGÊNCIA ao Exmo. Sr. Dr. Armando Queiroz de Moraes, DD. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, solicitando as seguintes informações:

a). da Dotação: Código 090103070251.055 - no valor de Cr\$ 5.150.000,00 (cinco milhões e cento e cinquenta mil cruzeiros) - REFORMA E ADAPTAÇÃO DO PALÁCIO IGUAÇU, cujo enunciado programático já transcrevemos, qual a importância efetivamente dispendida?

b). Cobriu a referida dotação as necessidades do Setor?

c). Não tendo sido suficiente, qual a importância a ela acrescida através Decretos Suplementares, e de quais as dotações foram retiradas as verbas necessárias; qual o valor global acrescido?

d). Caso não tenha sido utilizado todo o valor da dotação, qual a destinação dada ao saldo da mesma?

e). Se porventura foi transposta para outra finalidade o saldo, quais os Decretos que determinaram a utilização em outras obras, quais os setores beneficiados e quais os valores dos mesmos?

f). As “Reformas e adaptações do Palácio Iguaçu” estão sendo feitas por administração direta; através a Emopar ou por empresas particulares especializadas no setor? (nominar as empresas particulares, se houver, dando suas respectivas especializações).

Sala das Sessões, em 06 de outubro de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se plenamente o presente requerimento, tendo em vista a alta soma destinada à mesma finalidade durante vários exercícios financeiros, e conforme pode-se notar nos enunciados programáticos, repetem-se expressões como: “Melhorar o sistema elétrico”, “Prevenção e combate a incêndios”. para 1977, sendo que para 1978, utiliza-se: “Instalar um sistema de prevenção e combate a incêndios;”, nada melhor portanto, que esta Casa receber as informações solicitadas, e votar conscientemente a proposta orçamentária ora em estudos”.

Era o que tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto à Liderança do MDB se ocupará a tribuna no horário que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Consulto à Liderança da ARENA se deseja ocupar o horário que é reservado ao Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para me valer, Sr. Presidente, desta oportunidade e encarecer à Mesa ou à Comissão competente uma providência. Anunciou a Mesa há já cerca de dez dias, o recebimento, por esta Casa, do Projeto de Lei Orçamentário para o exercício de 78. Anuncia agora e nos faz lembrar o Deputado Antônio Facci, que o prazo para emendas, improrrogável se esgota dentro de duas semanas. Até este momento, Sr. Presidente, não tivemos oportunidade de ter acesso a este projeto. No aguardo, que ainda estamos dos avulsos a serem distribuídos. Encareceria da Mesa, Sr. Presidente, as providências cabíveis, para que o mais rapidamente possível se pudesse ter acesso ao Projeto de Lei Orçamentário.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência agradece a lembrança do eminente Deputado Enéas Faria. Quanto ao recebimento da Mensagem, o Executivo nos enviou quatro exemplares: dois dos exemplares para a Comissão de Orçamento, aliás, cinco exemplares, e um exemplar para cada Membro da Comissão Executiva, ficando o Executivo de remeter mais cinquenta exemplares para que cada Sr. Deputado pudesse manusear o seu exemplar.

A Presidência não recebeu, até o momento, os demais exemplares, e consulta se o Sr. Deputado Jorge Sato, Presidente da Comissão de Orçamento, recebeu.

O SR. JORGE SATO — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Com a palavra, V. Exa.

O SR. JORGE SATO — Em relação à indagação do Sr. Deputado Enéas Faria, esta Presidência tem a comunicar aos Srs. Deputados e à Presidência desta Casa, de que ontem à tarde, recebemos os avulsos em número suficiente para distribuição

aos membros desta Casa.

E as providências já foram tomadas, inclusive, por deliberação dos membros desta Comissão que junto ao avulso siga também uma cópia da Resolução 17/67, que ordena o trabalho e a tramitação da Proposta Orçamentária desta Casa, para que os Srs. Deputados tornem cientes, do mecanismo desta tramitação. Era o que tinha a informar, a esta Presidência, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece a eficiência do eminente Deputado, Presidente da Comissão de Orçamento.

Antes de votar a Ordem do Dia, a Presidência deseja anunciar a existência de um requerimento do Sr. Deputado José Muggiati Filho, sobre a Mesa.

O Deputado signatário encaminhou expediente à Mesa, vazado nos seguintes termos: (Lê):

“O Deputado Estadual infra-assinado, subscritor do presente, requer a V. Exa. a inclusão na Ordem do Dia, mediata, da Proposição 411/77 — Veto do Sr. Governador do Estado, ao Projeto de Lei 117/76, cujo relatório apresentado pelo signatário em data de 21 de setembro de 77, ainda não foi apreciado pela CCJ, que não se reúne desde aquela data. E cujo prazo, se extinguirá no próximo dia 15 de outubro”.

Com respaldo no Art. 191 — que dispõe:

Artigo 191 — Os projetos devolvidos à Assembléia, com o veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de 10 dias.

§ 1º — Com o parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro do prazo de dez dias, será o projeto ou a parte vetada, submetida à discussão única e votação por escrutínio secreto, considerando-se aprovado, se obtiver o voto de dois terços do número total de Deputados, e será neste caso, enviado ao Governador para ser promulgado.

Diante disso, a Presidência considera pertinente, o requerimento do Sr. Deputado Muggiati Filho, e determina ao Departamento Legislativo — Seção da Ordem do Dia — que o inclua para a sessão ordinária de segunda-feira, a fim de que o Plenário possa apreciá-lo dentro do prazo ainda.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença no Plenário, e registra com satisfação a presença do Sr. José Cozalan, DD. Prefeito Municipal de Xambrê, que se faz acompanhar dos senhores: Juracy Marques, Álvaro Steves, Edson Rolin Barbosa, Gilberto Meira dos Santos, todos Vereadores à Câmara Municipal de Xambrê.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 63/77, de autoria do Deputado Egon Pudell, que reconhece de utilidade pública a Associação de Pais e Professores “Vital Brasil”, do Grupo Escolar Vital Brasil, com sede em Vera Cruz do Oeste, Município de Céu Azul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. ENEAS FARIA (Pela ordem). — Para requerer de V. Exa., Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). Deferido. A Presidência fará a verificação de votação. Solicita aos Srs. Deputados que tomem seus devidos lugares para viabilizar a contagem de votos.

Em votação o Projeto de Lei número 63/77. 27 Srs. Deputados aprovam o projeto; nenhum rejeita. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 65/77, de autoria

do Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo transferir a sede da Inspeção Regional de Ensino do Município de Santo Inácio para o Município de Colorado. Pareceres favoráveis da CCJ., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 81/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 70/77, encaminhando anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e das demais praças com estabilidade nos quadros da Corporação. Pareceres favoráveis da CCJ., e CP., por unanimidade. — Em Emenda Substitutiva de Plenário. — Em regime de urgência.

Em discussão a Emenda Substitutiva de Plenário. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADA. Consequentemente, prejudicado o anteprojeto de lei originário da Mensagem Governamental.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 88/77, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública, a Associação do Roupeiro de Santa Rita de Cássia, com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 102/77, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o “Coral Bento Mossurunga”, com sede e foro na cidade de União da Vitória. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 103/77, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a Associação dos Advogados de Londrina, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 111/77, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública o Instituto Belém de Assistência Social, com sede e foro na cidade de Ivaiporã. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 114/77, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a Fundação do Bem Estar do Menor da cidade de Jacarezinho. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 119/77, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a entidade denominada “Assistência Social e Educacional o Brasil para Cristo”, com sede e foro na cidade de Paranaguá, neste Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 123/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 106/77, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo de Previdência do Parlamentar — FEPPA. Pareceres favoráveis da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 109/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 56/77, ex-Proposição número 125/77, aprova convênio em aditamento anterior firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, e o Municí-

pio de Campo Largo, objetivando melhoria no ensino de primeiro grau. Pareceres favoráveis da CCJ., CF., e CIP., por unanimidade. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 92/77, oriundo da Mensagem Governamental número 76/77, que objetiva acrescentar na Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04/04/77, as expressões que especifica, transfere cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo e adotar, outras providências. Com pareceres da CCJ., pelo desmembramento do projeto e com Substitutivo Parcial; da CF favorável ao projeto e com Emenda, ambos por unanimidade e da CRH., favorável por maioria. Em regime de urgência.

PROJETO DE LEI NÚMERO 92/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — A Tabela VIII — cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04 de abril de 1977, fica acrescida das expressões "Médico — Cr\$ 7.461,00."

Art. 2º — Os cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, constantes do Anexo III, da Lei número 6119, de 29 de junho de 1970, passam a integrar, como categoria especial, a parte permanente dos cargos efetivos do referido Quadro de Pessoal.

§ 1º — Os cargos de Assistente Técnico e de Diretor Adjunto passam a ter a denominação de Consultor Legislativo, privativos de bacharel em direito, com as funções de assessoramento superior, lotados no Gabinete de Assistência Técnica, mantidos os direitos, vencimentos e vantagens de seus ocupantes.

§ 2º — A Assembléia Legislativa do Estado, estabelecerá, por Resolução, as normas de acesso aos cargos de que trata este artigo.

Art. 3º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28 de junho de 1977.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relatório e Parecer ao Projeto de Lei número 92/77

O artigo 1º do projeto, pelo que se depreende, visa corrigir uma injustiça: os médicos não foram incluídos na Tabela VII, da Lei 6.863, de 04 de abril de 1977, pelo que, permanecem até esta data sem percepção do aumento a que têm direito.

Os artigos 2º e 3º do mesmo projeto, porém, contêm matéria inteiramente diversa e que, tendo em vista os problemas gerais do pessoal desta Casa, deve ser examinada separadamente, para que sobre a mesma se manifeste a própria Comissão Executiva, a Assessoria Técnica, confrontando-se a mesma com outros projetos ou anteprojetos existentes sobre a reformulação geral, a fim de que de uma vez por todas, os problemas do funcionalismo sejam colocados sobre a Mesa e resolvidos definitivamente.

Se há necessidade de reestruturar os quadros do pessoal, que a mesma seja feita de vez, e não apenas remendos esporádicos.

Se a Casa, pelos seus mais diretos responsáveis entender que não, que se proclame o veridito, de vez que a pendência de assuntos de tal natureza, além de poder denotar incúria, de perturbar a autoridade, cria um ambiente de tensão entre todos os responsáveis e os interessados.

Opinamos pela separação da matéria, desmembrando-se os projetos que, na realidade, se acham cumulados, em dois: o PRIMEIRO, relativo ao artigo 1º e o SEGUNDO, aos demais artigos, levando, desde já, o primeiro, parecer favorável desta Comissão, de vez que opinamos pela sua aprovação, na forma do

Substitutivo junto. (R.I. 134, 20,V).

Ao remanescente, após as diligências cabíveis, se daria nova redação, para apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Substitutivo Parcial ao Projeto de Lei número 92/77

Art. 1º — A Tabela VII — cargos da Parte Suplementar do Poder Legislativo, do Anexo I, da Lei número 6863, de 4 de abril de 1977, fica acrescida das expressões "Médico — Cr\$ 7.641,00".

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, porventura, existentes.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

MUGGIATI FILHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 92/77

1 — O presente projeto de lei, objetiva acrescentar a Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04 de abril de 1977, das expressões "Médico — Cr\$ 7.641,00", bem como transferir cargos da Parte Suplementar para a Parte Permanente do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo.

2 — O Senhor Governador do Estado ao encaminhar o projeto em exame, com a Mensagem número 76/77, de 27 de junho de 1977, esclarece que o mesmo foi elaborado em "atenção ao contido no Ofício número 291/77, da Presidência deste Poder Legislativo".

3 — A dita Comissão de Constituição e Justiça, apreciando a matéria concluiu por propor a sua separação na forma de um substitutivo parcial que ofereceu para apreciação do plenário, o qual é constituído simplesmente do Art. 1º do projeto original; ficando o restante para ser posteriormente apreciado em plenário.

4 — Esta Comissão de Finanças, compete regimentalmente para analisar o assunto sob o ponto de vista financeiro, quer nos parecer, não deve cogitar da separação proposta pela Comissão de Constituição e Justiça, pois, obviamente, o aspecto financeiro a ser analisado está contido unicamente no Art. 1º do projeto. A fixação de vencimentos para os cargos de Médico, na forma proposta, é um imperativo, pois um equívoco fez com os referidos cargos não fossem contemplados na Lei Geral de aumento de vencimentos do funcionalismo.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do Projeto e Emenda anexa.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Emenda ao Projeto de Lei número 92/77

O Parágrafo 1º do Art. 2º, passa a ter a seguinte redação: "Os cargos de Assistente Técnico e Diretor Adjunto, passam a ter a denominação de "Consultor Legislativo", privativo aos portadores de Diploma de Nível Universitário, com as funções de assessoramento superior, lotados no Gabinete de Assistência Técnica, mantidos os direitos, vencimentos e vantagens de seus componentes."

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1977.

(a) ERONDY SILVÉRIO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei número 92/77

1 — De autoria do Poder Executivo, por solicitação da Pre-

sidência desta Assembléia, visa o presente plano de lei acrescer à Tabela VII — cargos da Parte Suplementar deste Poder, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04 de abril de 1977, as expressões "Médico — Cr\$ 7.641,00"; transferir os cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal desta Casa, constantes do Anexo III, da Lei número 6119, de 29 de junho de 1970, como categoria especial, para a Parte Permanente dos cargos efetivos do mesmo Quadro de Pessoal, e, finalmente, denominar Consultor Legislativo os cargos de Assistente Técnico e de Diretor Adjunto.

2 — O presente plano de lei tramitou pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Na primeira delas foi proposta a separação da matéria em dois projetos; um constante do artigo primeiro da iniciativa governamental e outro abrangendo os demais artigos da aludida iniciativa.

No segundo dos órgãos técnicos acima mencionados mereceu parecer favorável, com emenda substitutiva, no sentido de que a Mensagem não deve ser desdobrada.

3 — Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, temos para nós:

a) — o presente projeto de lei deve ser apreciado e votado na forma em que foi encaminhado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, adotada, porém, a emenda de autoria da Douta Comissão de Finanças;

b) — a inclusão das expressões "Médico - Cr\$ 7.641,00" no diploma legal já citado, tem por objetivo corrigir um equívoco cometido quando da elaboração da aludida lei;

c) — a transposição de cargos de uma para outra Parte do Quadro de Pessoal desta Assembléia, tem por objetivo maior que se evite a extinção dos referidos cargos, quando da efetivação de futuras aposentadorias, principalmente os de assessoramento superior; e,

d) — a alteração da denominação do cargo de Assistente Técnico para Consultor Legislativo, tem por fim evitar confusão com cargo de idêntica nomenclatura, de natureza burocrática, existente nos Quadros de Pessoal dos demais Poderes do Estado.

4 — Nestas condições e em face das considerações expendidas, somos pela aprovação do presente plano de lei.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1977.

(aa) MUGGIATI FILHO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei número 92/77

1 — O artigo 1º do projeto, ao acrescer à Tabela VII, do Anexo I, da Lei número 6863, de 04/04/77, as expressões "Médico - Cr\$ 7.641,00" apenas corrige omissão anterior.

Somos de parecer favorável do artigo em questão.

2 — O artigo 2º trata do retorno à Parte Permanente dos cargos de Diretor Adjunto, Assistente Técnico, Secretário de Comissão e Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, hoje na Parte Suplementar.

Somos contrários à aprovação de tal artigo pelas razões que seguem:

a) — Tais cargos já pertenceram à Parte Permanente e não encontramos justificativa para seu retorno à mesma;

b) — A solução, como apresentada, é parcial, como bem afirma o ilustre Deputado Muggiati Filho no parecer exarado na Comissão de Constituição e Justiça. Há que se tomar medidas definitivas para a reestruturação do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

3 — Nestas condições somos de parecer favorável ao Substitutivo parcial apresentado pelo Relator Muggiati Filho na

Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 29 de setembro de 1977.

(a) DENI SCHWARTZ

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiramente, anuncio a posição da bancada da Aliança Renovadora Nacional, com relação a este Projeto de Lei número 92/77.

A bancada da Aliança Renovadora Nacional, votará com o substitutivo, vale dizer, aceitando o desmembramento da Mensagem. Todavia, incumbe-me ler ofício dirigido a este Deputado, pelo Gabinete de Assistência Técnica desta Assembléia, assim consubstanciado: — "Senhor Deputado, temos a honra de manifestar a V. Exa. o total desinteresse, dos atuais ocupantes do cargo de Assistente Técnico, no efetivo exercício das funções, por qualquer benefício ou vantagem que, explícita ou implicitamente, estejam contidas no texto da Mensagem Governamental, convertida no Projeto de Lei número 92/77".

Esta declaração traduz o repúdio indignado destes servidores, contra os quais, nestes episódios, são maliciosamente atribuídas intenções que, na verdade, não foram pretendidas, nem sequer cogitadas. Escusamo-nos de formular esclarecimentos comprobatórios do que se afirmou, em respeito à indiscutível autoridade de S. Exa., o Sr. Presidente da Casa, a quem pertence a autoria da proposta, formulada ao Exmo. Sr. Governador, perante a qual, naturalmente, apresentou a justificação das modificações preconizadas, e, em última análise, a materialização do projeto.

Todavia, não se deve omitir a evidência de que o projeto, quando trata dos cargos de Assistente Técnico, visa encerrar uma prática aberrantemente ilegal, consistente em preencher cargos, situados na Parte Suplementar do Cargo, automaticamente extintos por força de lei.

Na oportunidade, renovamos a V. Exa. os protestos de consideração e apreço.

(aa) Osiris de Britto, Francisco C. Gebran, Reginaldo Fanckin, Júlio Xavier Vianna, Dario Fortunato Darif, Rui Ferraz de Carvalho, José Maria Zanardini de Camargo, Antônio Gebran, Vidal Vanhoni, Dorizon Salgado Bueno e Manuel Fernandez Maia Jr."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem). — Sr. Presidente, apenas para requerer a V. Exa., com fundamento no Artigo 158, letra "b", do Regimento Interno, que fique constando da Ata, nesta e nas subseqüentes votações, a minha abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência recebe como intempestiva e anti-regimental, a abstenção do eminente Deputado Accioly Neto.

Em votação o projeto de lei 92/77. — APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 109/77, oriundo da Mensagem Governamental número 109/77, que objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas carreiras do necessário número de cargos. Com pareceres favoráveis da CCJ., CF., CP., e CRH., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

PROJETO DE LEI NÚMERO 109/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — O Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, fica alterado na forma do Anexo que faz parte integrante da presente lei.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de verbas próprias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04 de julho de 1977.

(a) Jayme Canet Júnior

A N E X O
QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL

SITUAÇÃO ATUAL			SITUAÇÃO PROPOSTA		
CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS	CARREIRAS	CLASSES	Nº DE CARGOS
DELEGADO DE POLÍCIA	1a.	20	DELEGADO DE POLÍCIA	1a.	40
DELEGADO DE POLÍCIA	2a.	40	DELEGADO DE POLÍCIA	2a.	80
DELEGADO DE POLÍCIA	3a.	60	DELEGADO DE POLÍCIA	3a.	120
DELEGADO DE POLÍCIA	4a.	80	DELEGADO DE POLÍCIA	4a.	160
		200			400
DETETIVE	1a.	07	DETETIVE	1a.	20
DETETIVE	2a.	14	DETETIVE	2a.	40
DETETIVE	3a.	22	DETETIVE	3a.	60
DETETIVE	4a.	29	DETETIVE	4a.	80
		72			200
INVESTIGADOR	1a.	07	INVESTIGADOR	1a.	20
INVESTIGADOR	2a.	14	INVESTIGADOR	2a.	40
INVESTIGADOR	3a.	22	INVESTIGADOR	3a.	60
INVESTIGADOR	4a.	29	INVESTIGADOR	4a.	80
		72			200
AGENTE DE SEGURANÇA	1a.	100	AGENTE DE SEGURANÇA	1a.	170
AGENTE DE SEGURANÇA	2a.	200	AGENTE DE SEGURANÇA	2a.	340
AGENTE DE SEGURANÇA	3a.	300	AGENTE DE SEGURANÇA	3a.	510
AGENTE DE SEGURANÇA	4a.	400	AGENTE DE SEGURANÇA	4a.	680
		1.000			1.700
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1a.	32	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	1a.	72
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	2a.	64	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	2a.	144
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	3a.	96	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	3a.	216
ESCRIVÃO DE POLÍCIA	4a.	128	ESCRIVÃO DE POLÍCIA	4a.	288
		320			720
MOTORISTA POLICIAL	1a.	15	MOTORISTA POLICIAL	1a.	50
MOTORISTA POLICIAL	2a.	30	MOTORISTA POLICIAL	2a.	100
MOTORISTA POLICIAL	3a.	45	MOTORISTA POLICIAL	3a.	150
MOTORISTA POLICIAL	4a.	60	MOTORISTA POLICIAL	4a.	200
		150			500
MÉDICO LEGISTA	1a.	05	MÉDICO LEGISTA	1a.	08
MÉDICO LEGISTA	2a.	11	MÉDICO LEGISTA	2a.	16
MÉDICO LEGISTA	3a.	16	MÉDICO LEGISTA	3a.	24
MÉDICO LEGISTA	4a.	22	MÉDICO LEGISTA	4a.	32
		54			80
QUÍMICO LEGAL	1a.	01	QUÍMICO LEGAL	1a.	02
QUÍMICO LEGAL	2a.	02	QUÍMICO LEGAL	2a.	04
QUÍMICO LEGAL	3a.	03	QUÍMICO LEGAL	3a.	06
QUÍMICO LEGAL	4a.	04	QUÍMICO LEGAL	4a.	08
		10			20
TOXICOLOGISTA	1a.	01	TOXICOLOGISTA	1a.	02
TOXICOLOGISTA	2a.	02	TOXICOLOGISTA	2a.	04
TOXICOLOGISTA	3a.	03	TOXICOLOGISTA	3a.	06
TOXICOLOGISTA	4a.	04	TOXICOLOGISTA	4a.	08
		10			20
PERITO CRIMINAL	1a.	05	PERITO CRIMINAL	1a.	08
PERITO CRIMINAL	2a.	11	PERITO CRIMINAL	2a.	16
PERITO CRIMINAL	3a.	17	PERITO CRIMINAL	3a.	24
PERITO CRIMINAL	4a.	22	PERITO CRIMINAL	4a.	32
		55			80
PERITO POLICIAL	1a.	05	PERITO POLICIAL	1a.	08
PERITO POLICIAL	2a.	11	PERITO POLICIAL	2a.	16
PERITO POLICIAL	3a.	17	PERITO POLICIAL	3a.	24
PERITO POLICIAL	4a.	22	PERITO POLICIAL	4a.	32
		55			80
DATILOSCOPISTA	1a.	03	DATILOSCOPISTA	1a.	10
DATILOSCOPISTA	2a.	06	DATILOSCOPISTA	2a.	20
DATILOSCOPISTA	3a.	09	DATILOSCOPISTA	3a.	30
DATILOSCOPISTA	4a.	12	DATILOSCOPISTA	4a.	40
		30			100
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	1a.	02	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	1a.	03
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2a.	04	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	2a.	06
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	3a.	06	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	3a.	09
AUXILIAR DE NECRÓPSIA	4a.	08	AUXILIAR DE NECRÓPSIA	4a.	12
		20			30
SERVENTE DE NECRÓPSIA	1a.	02	SERVENTE DE NECRÓPSIA	1a.	03
SERVENTE DE NECRÓPSIA	2a.	04	SERVENTE DE NECRÓPSIA	2a.	06
SERVENTE DE NECRÓPSIA	3a.	06	SERVENTE DE NECRÓPSIA	3a.	09
SERVENTE DE NECRÓPSIA	4a.	08	SERVENTE DE NECRÓPSIA	4a.	12
		20			30
RADIOTÉCNICO	1a.	01	RADIOTÉCNICO	1a.	03
RADIOTÉCNICO	2a.	02	RADIOTÉCNICO	2a.	06
RADIOTÉCNICO	3a.	03	RADIOTÉCNICO	3a.	09
RADIOTÉCNICO	4a.	04	RADIOTÉCNICO	4a.	12
		10			30
RADIOCOMUNICADOR	1a.	07	RADIOCOMUNICADOR	1a.	15
RADIOCOMUNICADOR	2a.	14	RADIOCOMUNICADOR	2a.	30
RADIOCOMUNICADOR	3a.	21	RADIOCOMUNICADOR	3a.	45
RADIOCOMUNICADOR	4a.	28	RADIOCOMUNICADOR	4a.	60
		70			150
INVESTIGADOR-FEMININO	1a.	01	INVESTIGADOR-FEMININO	1a.	01
INVESTIGADOR-FEMININO	2a.	02	INVESTIGADOR-FEMININO	2a.	02
INVESTIGADOR-FEMININO	3a.	03	INVESTIGADOR-FEMININO	3a.	03
INVESTIGADOR-FEMININO	4a.	04	INVESTIGADOR-FEMININO	4a.	04
		10			10
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	1a.	10	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	1a.	15
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	2a.	20	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	2a.	30
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	3a.	30	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	3a.	45
AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	4a.	40	AGENTE DE SEGURANÇA FEMININO	4a.	60
		100			150
DATILOSCOPISTA FEMININO	1a.	03	DATILOSCOPISTA FEMININO	1a.	10
DATILOSCOPISTA FEMININO	2a.	06	DATILOSCOPISTA FEMININO	2a.	20
DATILOSCOPISTA FEMININO	3a.	09	DATILOSCOPISTA FEMININO	3a.	30
DATILOSCOPISTA FEMININO	4a.	12	DATILOSCOPISTA FEMININO	4a.	40
		30			100
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	1a.	03	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	1a.	05
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	2a.	06	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	2a.	10
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	3a.	09	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	3a.	15
ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	4a.	12	ESCRIVÃO DE POLÍCIA FEMININO	4a.	20
		30			50

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 109/77

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental número 79/77, tem por finalidade alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas várias carreiras do necessário número de cargos.

Justificando a medida pleiteada, argumenta Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, que tal medida atende aos superiores interesses da Administração e da Coletividade e ensinará condições para que a Polícia Civil do Estado possa desempenhar com toda a eficiência a sua importante missão de prevenir e evitar o crime como também o de auxiliar a Justiça.

Constitucionalmente, a matéria se encontra revestida de amparo legal, já que sua iniciativa é prerrogativa privativa do Chefe do Poder Executivo.

Quanto ao mérito, indiscutivelmente, a medida proposta atende aos interesses do Estado, pois de há muito que vem se ressentindo a Administração Estadual de maior número de pessoal para o cumprimento de uma das suas primordiais funções, que vem a ser a de manter e promover a tranquilidade social.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1977.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei número 109/77

1 — O presente projeto de lei oriundo da Mensagem Governamental número 79/77, de 29 de junho de 1977, objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas várias carreiras do necessário número de cargos.

2 — A douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria, concluiu pela sua aprovação. Considerando-a, do ponto de vista legal, perfeitamente enquadrada nos dispositivos Constitucionais. Quanto ao mérito, entendeu ainda aquela egrégia Comissão que a medida proposta atende aos interesses do Estado, pois de há muito vem a administração estadual se ressentindo de maior número de pessoal para o cumprimento de uma das suas primordiais funções que vem a ser a manutenção da ordem pública.

3 — Realmente, somente uma Polícia dotada de um quadro numericamente satisfatório com pessoal capacitado técnica e intelectualmente, é que a ordem pública e a tranquilidade da sociedade pode ser alcançada.

Do ponto de vista financeiro, competência desta Comissão para se pronunciar, verificamos que o projeto atende todas as exigências de ordem legal, pelo que merece a sua aprovação.

É o nosso parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 23 de agosto de 1977.

(aa) ERONDY SILVÉRIO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

COMISSÃO DE POLÍCIA

Parecer ao Projeto de Lei número 109/77

O projeto sob exame, oriundo da Mensagem Governamental número 79/77, convertida no Projeto de Lei número 109/77, objetiva alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, consubstanciado na ampliação de várias carreiras.

A matéria em análise obteve pareceres favoráveis das Comissões de Justiça, inclusive quanto ao mérito, e de Finanças, preenchendo todas as exigências de ordem legal.

Freqüentemente tem sido reclamado um procedimento mais eficiente pela Polícia, para que se desincumba de modo

positivo não só no que tange caráter de repreensão, como, também — e sobretudo no que respeita à prevenção criminal.

Com a criação do Fundo de Reequipamento da Polícia Civil — "FUNRESPOL", está sendo possível dotar os diversos órgãos das condições materiais indispensáveis (necessárias) a um trabalho positivo, garantindo a tranquilidade da população paranaense.

Assim sendo, o "hinterland" paranaense vem recebendo veículos, rádios, prédios para delegacias e/ou cadeias públicas, num trabalho gigante de interiorização da segurança pública.

Malgrado o esforço dispendido, nem sempre a moderna equipagem vem sendo operacionalizada por pessoas suficientemente capacitadas.

Não se pode deixar de destacar, também, que mesmo aprovado o projeto, ainda assim não serão atingidos os padrões ideais recomendados pelos organismos internacionais.

O efetivo da Polícia Civil está a exigir, de há muito, não só um aumento numérico para operar os modernos equipamentos que vem sendo adquiridos, mas sobretudo assume relevância o papel da Polícia em relação a uma sempre crescente demanda do Poder Judiciário.

Sabe-se que uma das maiores dificuldades para a melhor distribuição da Justiça, reside no fato de ser muito grande a incidência de processos instruídos de modo deficiente nas fases preliminares, tendo em vista que os procedimentos policiais são elaborados por pessoal leigo e sem condições de observar os ritos processuais, resultando freqüentemente a impunibilidade dos delitos praticados.

Assim sendo, a Justiça é distribuída de modo desigual, invalidando o princípio da igualdade de todos perante a lei.

A constatação freqüente de processos arquivados por deficiência processual tem sido alvo de reiteradas admoestações da Procuradoria e da Corregedoria Geral da Justiça.

O Grupo de Planejamento Setorial da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Departamento de Comunicações e Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná realizaram pesquisas junto à população das cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Umuarama, Paranaguá, Guarapuava, Maringá, Pato Branco e Jacarezinho, com objetivo de se conhecer a opinião pública e cujos resultados propiciaram a publicação "Pesquisa — Imagem da Polícia".

As aspirações que mais se destacam são:

CURITIBA — ampliação do policiamento e do número de policiais.

PONTA GROSSA — atendimento melhor, imediato e atencioso.

LONDRINA — preparo cultural e técnico para os policiais.

UMUARAMA — atendimento melhor, imediato e atencioso.

PARANAGUÁ — ampliação do policiamento e do número de policiais.

MARINGÁ — zelo pelo bem-estar e combate ao crime.

Entre as sugestões para o aprimoramento do trabalho policial, destacam-se:

1 — Maior preparo, cursos de aprimoramento e escolas especializadas 21,5 por cento.

2 — Melhoria de remuneração e incentivos

. 13,1 por cento.

3 — Maior vigilância e ampliação do número de policiais e serviços 12,4 por cento.

De modo geral, os resultados da pesquisa, revela ser satisfatória a atuação do organismo policial. Embora havendo uma relativa satisfação no âmbito estadual, atribuiu-se as falhas que existem no sistema policial à falta de preparo técnico e cultural e à negligência dos policiais. O primeiro fator, juntamente com o pequeno número de policiais e o desconhecimento dos limites do poder, é também responsabilizado por não levar a polícia cumprir as suas funções.

As aspirações da população no que concerne aos órgãos de segurança, são basicamente: ampliação do policiamento e do número de policiais e um atendimento melhor, mais atencioso e rápido. A pesquisa revela que o policiamento periódico é notado apenas por pouco mais da metade dos informantes (53 por cento). A par disso, uma expressiva parcela (44 por cento) declara não existir tal serviço. Dado este que está a merecer uma maior reflexão.

A Polícia Civil conta atualmente com 1.620 funcionários para a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, exercendo ainda as atividades de Polícia Judiciária, através dos seus 764 órgão subordinados.

Levando-se em conta que a Região Metropolitana de Curitiba, constituída de 14 municípios, absorve 35 por cento do pessoal existente, em 46 órgãos, restam ao interior 1.053 funcionários (65 por cento) para 276 municípios, com 718 repartições.

Isto vai significar a média de 1,43 funcionário/órgão; 2,49 funcionário/município; 1 funcionário/188 km²; e 1 funcionário/7.597 habitantes.

Estes números são impressionantes e estão a dispensar maior análise da problemática.

A esta comissão, igualmente se afigura louvável e de inteira justiça a iniciativa, não havendo óbice para que a C.P., no exercício de suas atribuições, opine pela aprovação do projeto de lei.

Nestas condições, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em de setembro de 1977.

(a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente e Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei número 109/77

1 — De autoria do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem 79/77, de 29 de junho de 1977, objetiva o presente projeto de lei alterar a composição numérica do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado, dotando suas várias carreiras do necessário número de cargos.

2 — O plano de lei ora em exame passou pelo crivo das duntas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças, e Polícia, das quais mereceu pareceres favoráveis.

3 — Quanto ao mérito que a esta Comissão cabe examinar, temos para nós que a medida proposta pelo Chefe do Poder Executivo é, realmente, significativa, eis que, ampliando numericamente o Quadro de Pessoal da Polícia Civil virá ensejar condições no sentido de que a força policial civil possa desempenhar com toda a eficiência a sua importante missão de prevenir e evitar o crime e de auxiliar a Justiça.

4 — Nestas condições e em face das razões expendidas, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 1977.

(a) MUGGIATI FILHO — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência tem a informar ao eminente Deputado Muggiati Filho que providenciou junto ao Departamento Legislativo informações sobre a situação em que se encontra a Proposição 411/77, que S. Exa., através de requerimento, requer inclusão imediata na Ordem do Dia.

Verificou a Presidência que na Comissão de Constituição e Justiça a referida proposição recebeu parecer exarado a 21 de setembro de 1977 que, na conclusão diz: "Do exposto conclui-se que o presente veto não reúne condições de ser submetido à apreciação do Plenário por decurso de prazo".

Por essa razão, a Presidência lamenta não poder as pretensões do Sr. Deputado Muggiati Filho, desde que a C.C.J., já a 21 de setembro de 77, no parecer exarado pelo Relator e com a presença da maioria dos componentes daquela Comissão técnica,

concluíram que àquela data já o prazo estava esgotado para deliberação do Plenário.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, o fato não é novo nesta Casa.

Lamentavelmente, mais uma vez, ocorre. E parece, Sr. Presidente, que se não colocar um paradeiro nesse estranhável fato, iremos ver, daqui para frente, veto algum, pelo menos os de maior importância, seriam apreciados pela Casa.

Alguma coisa de estranhável acontece com esse tipo de votação. Porque não se pode entender que venha a matéria para esta Casa, com prazo fixo para receber deliberação, e fique a dormir em qualquer canto, e quando chega à Comissão, ou quando na Comissão, se perca simplesmente esses prazos, sem maior justificativa e sem qualquer explicação.

Sr. Presidente, para que na tentativa, para que este fato não volte a ocorrer, quero requerer, quero recorrer à Mesa que apresente, se possível, na sessão de amanhã, uma relação dos projetos vetados que se encontram na Casa, a data de chegada e a data de encaminhamento à Comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência sente-se no dever de arguir o Sr. Deputado Enéas Farias, sobre se Suas Excelência pertence à Comissão de Constituição e Justiça?

O SR. ENÉAS FARIA — Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Porque a Presidência tem a prestar, o seguinte esclarecimento:

Através de ofício número 77/77, de 13 de junho de 1977, o Sr. Governador encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado, as razões do Veto apostado ao Projeto de Lei em tela.

A Presidência sente-se tranqüila, porque, na mesma data, isto é, a 13 de junho de 1977, encaminhou o referido expediente, ao Departamento Legislativo; verifica a Presidência, que, já a 15 de junho, dois dias depois, a Comissão de Constituição e Justiça distribuiu o Veto, ao Sr. Deputado Relator, Muggiati Filho; e verifica todavia, e estranha, a Presidência, tanto quanto V. Exa., que, apenas a 21 de setembro de 77, tinha merecido, naquela Comissão, o Parecer. Portanto, já fora do prazo.

A Presidência quer eximir a administração da Casa, de qualquer culpa nesta demora, porque, na mesma data, encaminhou e, já, dois dias depois, distribuiu; e verifica que realmente, só a 21 de setembro de 1977, já com prazo decorrido é que a Comissão examinou a matéria.

Se apelo deve ser feito, este deve ser dirigido à dulta Comissão de Constituição e Justiça para que ajude a Casa, para verificar se a matéria não perdeu o prazo, porque a Presidência, não segurou, sequer 24 horas, para despachar, e verificou que o Departamento Legislativo, em menos de 48 horas fez com que a Comissão de Constituição e Justiça estivesse em condições de distribuir a matéria, para o Relator.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, mais para um esclarecimento, tendo em vista a ausência neste momento, no Plenário, do eminente Deputado Muggiati Filho.

Na oportunidade em que, como Relator, expôs as razões já transmitidas pela Presidência, o eminente Muggiati Filho esclareceu as razões pelas quais, por motivos alheios à sua vontade, transcorreu o prazo do Veto que deveria ter sido apreciado na Comissão.

Tenho certeza de que oportunamente o eminente Deputado dará estas mesmas explicações ao Plenário.

Simplemente, justifico neste instante, tendo em vista a ausência do Deputado Muggiati Filho.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acho que o nobre Deputado Maurício Fruet, por favor, não entendeu a Presidência.

Sua Excelência o Deputado Muggiati Filho, desejava, com fundamento no Regimento Interno, a inclusão imediata, na

Ordem do Dia, desse Veto. E a Presidência está informando V. Exa., que, lamentavelmente não pode atender, em razão da decorrência do prazo.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Inácio de Souza, ocorrido na cidade de Goioerê. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, no sentido de que determine sejam efetuados estudos visando a construção de salas de aula, no Município de Corbélia. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, consubstanciado em pedido de informações, referente à reforma e adaptação das instalações do Palácio Iguçu.

Considerando que, em tramitação especial, o Projeto do

Orçamento nesta Casa, e que poderia se reverter, este expediente, via normal, decorrer prazo, com prejuízo para os esclarecimentos que o Sr. Deputado pretende, a Presidência, além de submeter à votação do Plenário, solicita, do Departamento competente, tire xerox do mesmo e o encaminhe com a maior brevidade, ao Sr. Secretário Chefe da Casa Civil, para que possa antecipar as informações aqui solicitadas.

Em discussão o requerimento, em votação. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, lido da tribuna, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da Proposição número 411/77, veto do Sr. Governador do Estado ao Projeto de Lei número 117/76. — DEFERIDO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 7, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.